

ESPECIFICAÇÃO

Nº 2024.1128.00095-2

Contratação de Pessoa Jurídica Especializada para Elaboração de Anteprojeto, Projetos Executivos Complementares e Fiscalização de obra para a Sede Administrativa do **Parque Estadual Serra Negra**, localizado no município de Itamarandiba/ MG, Unidade de Conservação Beneficiada pelo Programa COPAÍBAS

Rio de Janeiro, novembro de 2024

SUMÁRIO

1. OBJETO	3
2. CONTEXTOS E ANTECEDENTES	3
3. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO	5
4. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO	6
5. ESCOPO DE SERVIÇOS	9
6. RESULTADOS, PRODUTOS ESPERADOS E CRONOGRAMA.....	17
7. EQUIPE TÉCNICA E CAPACITAÇÃO TÉCNICA.....	19
8. PLANEJAMENTO GERENCIAL DAS ATIVIDADES	21
9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS	21
10. DO ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS.....	22
11. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GESTOR DA UC.....	22
12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	23
13. DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS	25
14. DIREITOS AUTORAIS	25
15. RESPONSABILIDADE TÉCNICA	25

Especificação nº 2024.1128.00095-2

ESPECIFICAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO, PROJETOS EXECUTIVOS DE COMPLEMENTARES E FISCALIZAÇÃO DE OBRA PARA A SEDE ADMINISTRATIVA DO PARQUE ESTADUAL SERRA NEGRA, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE ITAMARANDIBA, ESTADO DE MINAS GERAIS, UNIDADE DE CONSERVAÇÃO CONTEMPLADA PELO PROGRAMA COPAÍBAS

1. OBJETO

Contratação de Pessoa jurídica Especializada para Elaboração de Anteprojeto, Projetos Executivos Complementares e Fiscalização de Obra para a Sede Administrativa do Parque Estadual Serra Negra, localizado no município de Itamarandiba, estado de Minas Gerais, conforme especificações a seguir.

2. CONTEXTOS E ANTECEDENTES

FUNBIO E O PROGRAMA COPAÍBAS

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), gestor financeiro dos recursos aportados para esse Projeto, é uma associação civil sem fins lucrativos que iniciou sua operação em 1996. É um mecanismo financeiro privado inovador, criado para desenvolver estratégias que contribuam para a implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) no Brasil. Atua como parceiro estratégico dos setores público, privado e da sociedade civil organizada, em parcerias que consolidam políticas de conservação, viabilizam programas de financiamento ambiental e também investimentos socioambientais de empresas, redução e mitigação de seus impactos, bem como o cumprimento de suas obrigações legais.

O FUNBIO é responsável pela execução operacional do Programa Copaíbas e dentro desse contexto, providencia as aquisições e contratações para as UC's contempladas com recurso desse Programa.

O Programa COPAÍBAS tem como objetivo principal contribuir para a redução da taxa de desmatamento nos biomas Amazônia e Cerrado.

Para isto, o Programa está estruturado em quatro metas: 1. Fortalecer o sistema de áreas protegidas do Cerrado; 2. Fortalecer a gestão territorial dos povos indígenas; 3. Sensibilizar e promover o diálogo qualificado sobre temas afetos às mudanças climáticas e conservação da biodiversidade e, por fim; 4. Promover alternativas econômicas que preservem florestas e vegetação nativa por meio da estruturação de Arranjos Produtivos Locais (APLs) no Cerrado e Amazônia e investimentos estratégicos em Cadeias de Valor (CV) da sociobiodiversidade.

A primeira meta, que trata de Unidades de Conservação (UCs) públicas e privadas, apoia atualmente 21 UCs no Cerrado, todas criadas em âmbito estadual. Para atendimento desta meta, foram pensadas ações de estruturação (consolidação) destas Unidades, tais como elaboração de Plano de Manejo, fortalecimento do Conselho Gestor, demarcação da UC e melhorias das instalações disponíveis nas Unidades.

Desta forma, a presente especificação contempla ações no Parque Estadual Serra Negra, localizado no município de Itamarandiba/ MG, para Elaboração de Anteprojeto e Projetos Executivos de Complementares para a Sede Administrativa da Unidade de Conservação em tela.

PARQUE ESTADUAL SERRA NEGRA (informações cedidas pelo IEF/ MG)

O Parque Estadual Serra Negra (PESN) tem como gestor o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF/ MG) e está localizado no município de Itamarandiba, no estado de Minas Gerais, tendo sido criado, no ano de 1998, pelo decreto Estadual nº 39.907, de 22 de setembro do mesmo ano e possui área de 13.113,12 ha, conforme Nota Técnica nº 1/IEF/GCUC/2019.

O PESN está situado numa área de transição entre o Cerrado e a Mata Atlântica, localizada em uma disjunção da Serra do Espinhaço, uma cadeia montanhosa que se estende pelos estados de Minas Gerais e Bahia. O parque situa-se na Bacia Hidrográfica do Rio Jequitinhonha, desempenhando um papel crucial para as regiões do Alto e Médio Jequitinhonha.

O PESN encontra-se na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço – RBSE¹, que abrange 94 municípios de Minas Gerais. O SNUC define a RBSE como “um modelo adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais”

A Serra do Espinhaço é reconhecida pela UNESCO como um divisor de águas do Brasil Central, destacando-se pelo alto grau de endemismo e pela presença de campos rupestres no território. Foi indicada também como área prioritária para a preservação dos mananciais hídricos, devido à sua contribuição para a rede de drenagem de bacias hidrográficas significativas no Brasil, como a dos rios São Francisco, Doce, Jequitinhonha, entre outros.

Esta área é reconhecida pelo devido problema de estresse hídrico enfrentado, pois abriga numerosas nascentes de cursos d'água, vertentes para rio araquai, bacia do Jequitinhonha. Em virtude dessa característica, a região é popularmente denominada de "caixa d'água" do Jequitinhonha. Nos limites do parque, abriga-se diversas dessas nascentes, no qual se vertem pela serra formando cachoeiras, como os córregos da Tromba D'Anta, Grão Pará, Santa Joana, Bengo, Castilho, Bugre, Jabuticaba, São Luís e Duas Barras, contribuindo para a formação do Rio Itamarandiba. Além disso, os córregos José de Matos, Taquaraçu e Cachoeira constituem o Rio Itamarandiba do Mato. Ao longo dessas nascentes, riachos e rios que permeiam a Serra Negra, é possível encontrar matas de galeria e remanescentes florestais que desempenham um papel fundamental na manutenção da fauna e flora local (IEF, 2024).

Importante mencionar que o rio que cruza a área do PESN é o rio Itamarandiba, afluente da margem esquerda do rio Araquai e subafluente do rio Jequitinhonha. As comunidades de Santa Luzia e Santa Joana são abastecidas com água captada no interior do PESN, sendo que os cursos hídricos de seu entorno também contribuem para o abastecimento de Itamarandiba/MG.

¹ No Brasil, o Decreto Federal nº 74.685, de 14 de outubro de 1974, criou a Comissão do Programa MaB no Brasil. Mais recentemente, as Reservas da Biosfera foram contempladas pela Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 (Art. 41, do Capítulo VI), a qual instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. (...) A Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (RBSE) teve sua área reconhecida pela UNESCO, em 2005 (quadro 1) . Está situada em três grandes biomas: Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga, ocupando uma área de 3.076.458 ha. O órgão responsável por sua administração é o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais e seu objetivo primordial consiste em promover a integração e a estabilidade do ambiente para a conservação dos aspectos naturais da Serra do Espinhaço (IEF, s/d).

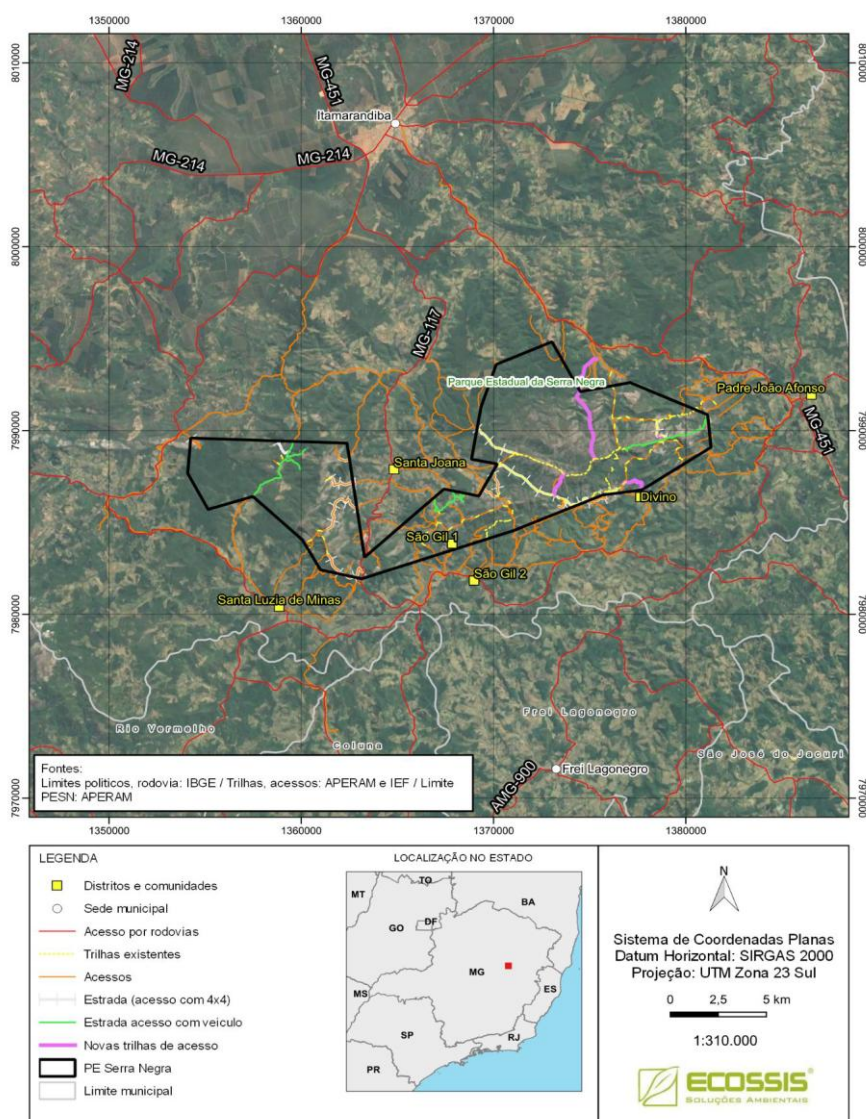


Fig. 01: Localização do PESN. Fonte: Plano de Manejo. IEF, 2022

3. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A presente especificação visa fornecer às empresas de arquitetura e engenharia, com a habilitação requerida neste documento, requisitos mínimos necessários à formulação de propostas, bem como definir as diretrizes a serem observadas para a elaboração dos serviços acima referenciados, a ser contratada por meio de seleção na modalidade Tomada de Preços, de acordo com a política de Compras e Contratações do FUNBIO.

Esta especificação tem por objetivos específicos:

- Caracterizar o objeto a ser contratado.
- Estabelecer as normas, especificações e procedimentos que orientam os processos de desenvolvimento, aprovação e avaliação de projetos, objeto da contratação.
- Estabelecer a metodologia de planejamento gerencial das atividades a serem desenvolvidas.

- Estabelecer as formas de medição e fiscalização dos serviços que serão desenvolvidos durante o cumprimento do Contrato.
- Por meio da fiscalização da obra garantir: o cumprimento das normas, especificações e procedimentos; o estabelecimento do planejamento das atividades, execução da análise e adequação dos projetos de engenharia, gerenciando e supervisionando a obra; o suporte administrativo e técnico; a conferência dos padrões e níveis de qualidade projetados para serem executados; o estabelecimento dos critérios e programação dos serviços a serem realizados; a análise detalhada de documentos do processo de contratação da empresa executora da obra.

4. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

O PESN possui uma infraestrutura administrativa coordenada pelo IEF, em um espaço alugado pelo órgão gestor. A entrada principal do PESN, conhecida como região da Torre, fica no Distrito de Padre João Afonso, na região leste da UC, e está a 33km aproximadamente da sede municipal de Itamarandiba, em trajeto feito por estrada vicinal não pavimentada em bom estado de conservação.

O PESN possui ainda, na região oeste da UC, nas proximidades do Pico da Tromba D'anta, uma edificação térrea, com perímetro avarandado e cobertura em telhado de telhas cerâmicas, na qual funcionava a sede de uma fazenda (Antiga Sede da Fazenda da Tromba D'anta) que foi desapropriada pelo estado de Minas Gerais.



Fig. 02: Antiga sede da Fazenda Tromba D' anta, no interior do PESN. Fonte: IEF, 2024

Desta forma, foi indicado pela gestão da UC a necessidade de requalificação da edificação acima (Antiga Sede da Fazenda da Tromba D'anta), com a intenção de se converter o imóvel na sede Administrativa do PESN. O imóvel em tela é acessado, em grande parte, por estrada não pavimentada, em bom estado de conservação, e está distante em aproximadamente 24 km município de Itamarandiba. As coordenadas geográficas do local são 18° 1'25.79"S e 42°54'21.59"O.

O local possui rede elétrica passando nas proximidades e captação de água.

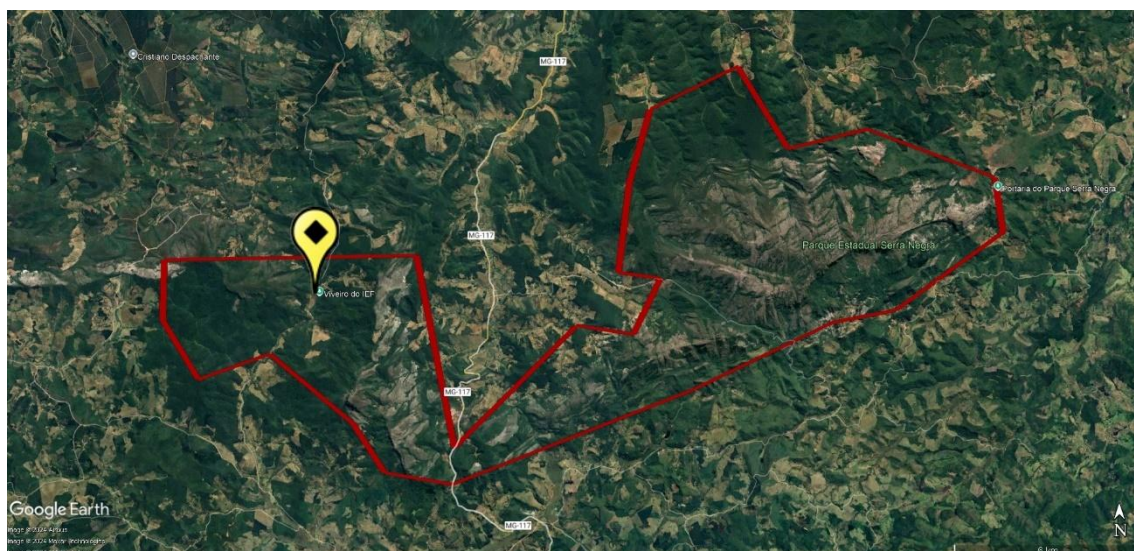


Fig. 03: Localização do imóvel (marcador amarelo). Em vermelho, os limites do PESN. Fonte: Google Earth, 2024.



Fig. 04: Vista área do imóvel. Google Earth, 2024.

Visando a requalificação/ reforma do imóvel em tela, que tem uma área construída de 226,00m², o IEF/MG contratou o desenvolvimento dos Projetos Executivos de Arquitetura e Estrutural, sendo também executado, com base nos projetos desenvolvidos, a Planilha Orçamentária, Relatório de Composição dos Serviços, o cálculo da Bonificação por Despesas Indiretas – BDI e o Cronograma Físico-Financeiro para a obra de execução.

Assim, os serviços previstos em projeto são:

- Execução de demolição de paredes, pisos, forros e coberturas.
- Execução de reforço estrutural, muro de arrimo e aterro.
- Demolição e recomposição de reboco, aplicação de selador, emassamento e pintura geral.

- Substituição do forro.
- A cobertura da unidade demanda intervenções, sendo que a planilha de serviços prevê quantitativos suficientes para sua ampliação e troca de todas as suas estruturas e telhas.
- Substituição e instalação de novas portas e janelas.
- Substituição de todos os componentes elétricos e revisão dos sistemas elétricos, bem como a execução de novos pontos.
- As instalações hidrossanitárias demandam intervenção nas tubulações, peças e aparelhos sanitários, bem como a execução de novos pontos hidráulicos e sanitários, para atender a área de serviço e aos novos banheiros.
- Execução do sistema de captação de água pluvial.
- Execução de forro de madeira
- Aplicação de revestimentos cerâmicos em pisos e paredes.

Segue abaixo, como efeito ilustrativo, a Prancha 01/04 do Projeto Executivo Arquitetônico e a Prancha 01/01 do Projeto Executivo Estrutural.

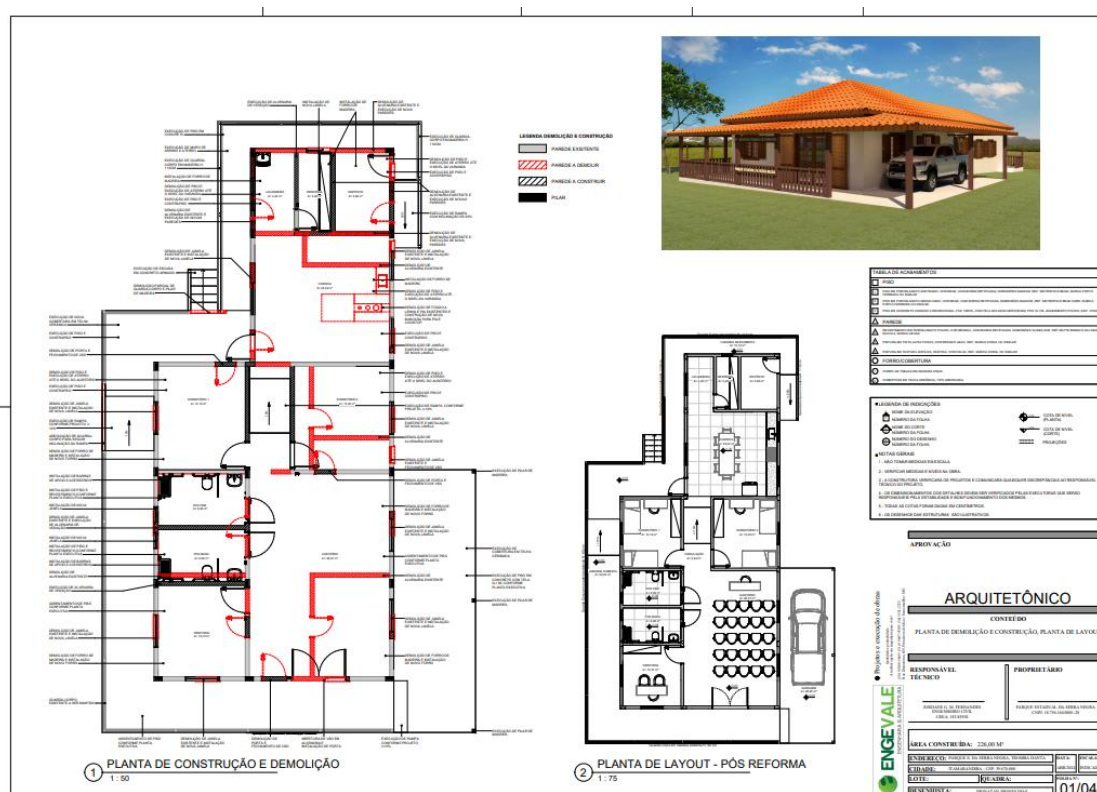


Fig. 04: Prancha 01/04 do Projeto Executivo de Arquitetura. Fonte: IEF/ MG, 2024.

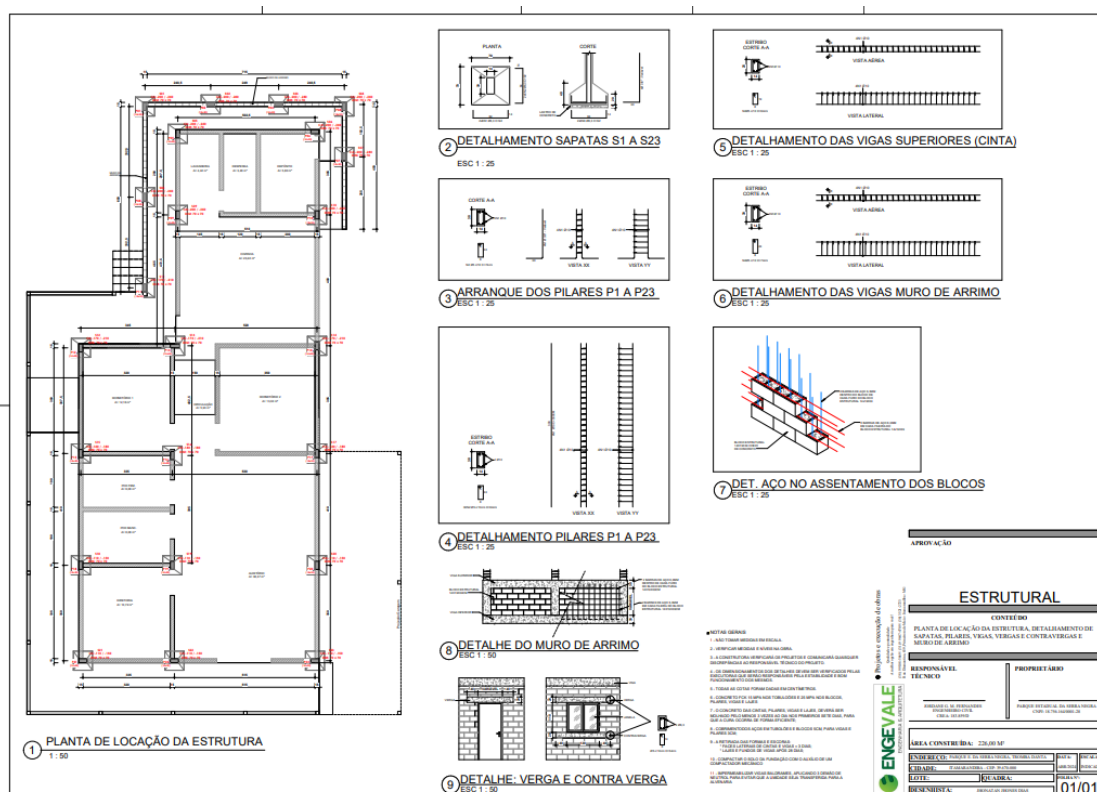


Fig. 05: Prancha 01/04 do Projeto Executivo Estrutural. Fonte: IEF/ MG, 2024.

Em ato contínuo ao desenvolvimento dos Projetos Executivos de Arquitetura e Estrutural, e visando uma execução planejada e plena das obras civis, faz-se necessário a execução de outros Projetos Complementares de Engenharia que ainda não foram devidamente contemplados no bojo da requalificação da edificação em tela.

Importante frisar que, os Projetos Executivos de Arquitetura e Estrutural, Planilha Orçamentária, Relatório de Composição dos Serviços, o cálculo da Bonificação por Despesas Indiretas – BDI e o Cronograma Físico-Financeiro para a obra de execução desenvolvidos até o momento serão disponibilizados à contratada, na íntegra, em formatos digitais editáveis e não editáveis.

5. ESCOPO DE SERVIÇOS

Os serviços compreendem o fornecimento de pessoal técnico qualificado, bem como demais recursos necessários e especificados, para a execução dos serviços de Projetos Complementares de Arquitetura e Engenharia necessários para a requalificação reforma da Sede Administrativa do PESN e fiscalização da obra, conforme projetos existentes.

Os Projetos Executivo Complementares deverão contemplar intervenções que causem o mínimo impacto ambiental no interior da UC, tendo como principal pilar a adoção de técnicas construtivas de baixo impacto, tal como a adoção de materiais atóxicos, passíveis de reciclagem e com menor geração de resíduos possíveis. Tem-se também como premissa a adoção de atitudes projetuais e de desenho que primam pela acessibilidade, pela eficiência energética, sempre prezando pela ventilação e iluminação natural, pelo conforto termoacústico, pela adaptabilidade às características locais de clima e relevo, a funcionalidade do espaço como um

todo, a alta durabilidade e fácil manutenção, relação equilibrada entre custo e benefício. Tais critérios serão especificados à frente.

Os serviços deverão ser executados em consonância com os normativos existentes, em conformidade com os critérios definidos nesta especificação, de acordo com as normas técnicas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como que devem seguir as legislações municipais, estaduais e/ou federais vigentes.

No que diz respeito às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a CONTRATADA deverá atentar-se, no mínimo, para a listagem abaixo, sempre em suas versões atualizadas, sendo:

- NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- NBR 16.280: Reforma em Edificações;
- NBR 16.636: Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos;
- NBR 15.575: Edificações habitacionais – desempenho;
- NBR 6.492: Documentação técnica para projetos arquitetônicos e urbanísticos;
- NBR 5.410: Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
- NBR 5.419: Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas;

Os serviços deverão incluir a fiscalização da execução de toda a obra (projetos já existentes e os complementares, objeto, também, dessa especificação), avaliando os materiais empregados, elaborando pareceres e fazendo medições de acordo com esta especificação e acompanhamento do processo de contratação da empresa que executará o serviço (análise técnica das documentações das empresas concorrentes).

Para encaminhamento da proposta comercial, a concorrente deverá realizar, previamente, visita técnica obrigatória ao local, acompanhada pelo Gestor da UC para total conhecimento das demandas, gerais e específicas, assim como do reconhecimento das condições locais, de modo a subsidiar a elaboração da proposta comercial. No ato da visita deverá ser lavrada um Atestado de Visita Técnica, assinado pelo Gestor da UC, que comprovará o comparecimento da concorrente. Este documento deverá ser anexado à proposta comercial.

5.1. Relação de Produtos e Projetos/ Serviços a serem elaborados

A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados da assinatura do contrato, um Plano de Trabalho, contendo as seguintes informações:

- Plano de Trabalho, com cada uma das atividades de uso direto ou indireto dos serviços, assim como a metodologia proposta para controle, coordenação, articulação e integração dos trabalhos envolvidos no Projeto e cronograma proposto para a execução dos serviços, validado ou, caso necessário, apresentar proposta de revisão do cronograma, para aprovação pela UC beneficiária, mantendo o prazo final de execução dos serviços estabelecido no item 6 desta especificação.

Após aprovação do Plano de Trabalho, a CONTRATADA deverá apresentar os produtos abaixo:

Produto 01: Serviços Preliminares

1. Relatório Técnico/ Fotográfico de Vistoria do local;

Produto 02: Anteprojeto

1. Anteprojeto de Instalações Prediais, com definições conceituais, visando a aprovação prévia da instituição;
2. Pré Orçamento (baseado no CUB/ m2).

ATENÇÃO: Os Produto 03A e 03B, que serão apresentados abaixo, deverão ser desenvolvidos de maneira concomitante.

Produto 03A: Projetos Legais:

1. Aprovação/ Regularização de projeto na Prefeitura Municipal, caso necessário;
2. Aprovação de Projeto no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais;
3. Aprovação de Projeto ou Anuência junto aos Órgãos Ambientais e Concessionárias.

Produto 03B: Projeto Executivo

1. Revisão do Projeto Executivo de Acessibilidade;
2. Anteprojeto e Projeto Executivo de Instalações Hidrossanitárias, incluindo Sistema de captação de Água e Tratamento de Esgoto;
3. Anteprojeto e Projeto Executivo de Drenagem Pluvial;
4. Anteprojeto e Projeto Executivo de Instalações Elétricas, inclusive Entrada de Energia;
5. Anteprojeto, Projeto Legal e Projeto Executivo de Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP);
6. Anteprojeto e Projeto Executivo de Cabeamento Estruturado;
7. Anteprojeto e Projeto Executivo de Sistema de Proteção Contra Descarga Atmosférica (SPDA);
8. Anteprojeto e Projeto Executivo de CFTV;
9. Projeto de Terraplanagem;
10. Coordenação e Compatibilização dos Projetos Executivos elencados acima e com os projetos existentes de Arquitetura e Estrutural;
11. Revisão e Complementação da Planilha de Orçamentos Existente (Projetos de Arquitetura e Estrutural), incluindo os projetos acima, com base nas tabelas de referência do órgão estadual e/ou, quando necessário, as tabelas de referência SINAPI, acompanhada das Memórias de Cálculo dos Quantitativos, Memória de Cálculo para Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) e Mapa de Cotações; Caderno de Especificações Técnicas dos Materiais e Serviços/ Memorial Descritivo para todas as disciplinas acima, inclusive para os Projetos existentes de Arquitetura e Estrutural;
12. Memória de Cálculo, para todas as disciplinas acima, inclusive para os Projetos de Arquitetura e Estrutural Existentes;
13. Relatório Técnico/ Manual para Uso, Operação e Manutenção das Edificações.

14.O projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP), deverá ser elaborado com finalidade de obter o licenciamento junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, para obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), buscando a regularização da edificação junto ao CBMMG.

15. A edificação que será contemplada com a reestruturação e readequação às normas ao padrão INFOSCIP - Sistema de Informação do Serviço de Segurança Contra Incêndio e Pânico. Cujos trâmites burocráticos e financeiros em decorrência de aprovações nos respectivos órgãos deverão ser realizados pela CONTRATADA.

Produto 04: Fiscalização - Relatório do acompanhamento do processo de seleção de empresa habilitada para executar a obra.

O processo de seleção e contratação de empresa habilitada para executar a obra será conduzida pelo FUNBIO. Caberá à contratada participar das análises de propostas e apresentar o parecer/relatório sobre o atendimento da especificação e projetos da obra, além de tirar dúvidas técnicas das equipes que também acompanharão o processo.

Produto 05: Relatórios de visitas de fiscalização, pelo menos quinzenais ou quando solicitado pela equipe técnica do estado, conforme atividades e produtos a seguir (05A a 05O):

- 1.Acompanhar e fiscalizar o andamento das obras, garantindo o cumprimento do cronograma estabelecido.
- 2.Analisar e assegurar que os materiais utilizados estejam de acordo com as especificações técnicas do projeto.
- 3.Verificar a execução dos serviços de acordo com as normas técnicas e de segurança.
- 4.Realizar inspeções periódicas estabelecidas neste documento, para identificar e corrigir possíveis desvios no processo construtivo.
- 5.Documentar o progresso da obra, incluindo fotos, relatórios e checklists de atividades concluídas, bem como aferir as medições.

Produto 05A: Relatório da 1ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 05B: Relatório da 2ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 05C: Relatório da 3ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 05D: Relatório da 4ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 05E: Relatório da 5ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 05F: Relatório da 6ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 05G: Relatório da 7ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 05H: Relatório da 8ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 05I: Relatório da 9ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 05J: Relatório da 10ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 05K: Relatório da 11ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 05L: Relatório da 12ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 05M: Relatório da 13ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 05N: Relatório da 14ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição;

Produto 05O: Relatório da entrega definitiva da obra, acompanhado da planilha de medição final e emissão do Termo Definitivo de Recebimento da Obra.

Observação: Todos os relatórios referentes às visitas técnicas ou de fiscalização deverão conter registro fotográfico detalhado. Os relatórios de entrega definitiva deverão conter registros fotográficos do 'antes' e 'depois'.

5.2. Características dos Serviços a serem Executados:

Caracterização dos Serviços:

A CONTRATADA deverá realizar, previamente ao desenvolvimento dos projetos, vistorias técnicas observando as demandas específicas de cada disciplina de projeto. A primeira a ser realizada deve ser o Relatório Técnico/ Fotográfico de Vistoria ao local, para conhecimento do local e a avaliação sobre a infraestrutura física.

A CONTRATADA deverá, após execução dos serviços preliminares, elaborar os projetos a serem desenvolvidos considerando as demais 03 (três) fases de elaboração: Anteprojeto, Projeto Legal e Projeto Executivo, os quais devem ser analisados e aprovados por fiscal/ corpo técnico definido pelo Órgão Gestor da UC. Cada uma das fases aqui citadas deverá ser alvo de análise e aprovação pelo fiscal/ corpo técnico citado acima e a CONTRATADA somente poderá iniciar uma nova fase após aprovação formal da fase anterior.

Os Anteprojeto deverão ser aprovados pela Gestão, assim como pelo órgão estadual responsável pela UC e devidamente apresentados ao Conselho Consultivo da UC.

Após a aprovação do Anteprojeto citados no parágrafo acima, faz-se necessário desenvolver os Projetos Legais e aprová-los nos respectivos órgãos reguladores citados no item 5.1, com as devidas especificidades necessárias a cada órgão competente.

O Projeto de Arquitetura deverá passar por análise técnica e, caso necessário, a contratada deverá apresentar adequações necessárias para atendimento às Normas de Acessibilidade vigentes, garantindo o uso do espaço às pessoas com necessidades especiais ou com mobilidade reduzida.

A CONTRATADA deverá especificar materiais, produtos e processos que atendam o desempenho mínimo estabelecido no layout proposto, com base nas normas e no desempenho declarado pelos fabricantes dos produtos a serem empregados na fase de operação da edificação.

A preservação e a conservação da biodiversidade pretendida pela UC, e seu uso sustentável, exige não apenas que se mantenha a sua integridade física e simbólica, mas que também fenômenos lesivos a sua integridade sejam minimizados e controlados. Concomitantemente, o uso público da UC exige que sejam dadas destinações específicas que permitam contribuir para o desenvolvimento social em geral e, em particular, para o desenvolvimento das comunidades às quais eles estão diretamente associados. A relação entre salvaguarda e destinação, entre preservação/conservação e desenvolvimento, deve se dar, necessariamente, de forma

sustentável e que garanta que a natureza seja entendida permanentemente como portadora de relevante significação e, assim sendo, ocupe um lugar de destaque no passado, presente e futuro, na memória, cotidiano e projetos de uma sociedade.

Para tal, dotar a UC de uma infraestrutura compatível e eficiente, que atenda aos usuários de maneira universal e que seja efetiva social e economicamente, permite, inclusive, afetar positivamente tais usuários, introjetando os conceitos de educação ambiental, de inclusão e de sustentabilidade que serão intrínsecas às intervenções.

Desta forma, traçamos a seguir as diretrizes de sustentabilidade a serem cumpridas pelas intervenções no interior da UC:

Tabela 01. Diretrizes de Sustentabilidade

Acessibilidade Universal	<ul style="list-style-type: none"> • Eliminar barreiras, nas áreas de circulação, nas edificações e nas redes de transportes e comunicação, que permitam o uso público da UC, com autonomia e segurança, à qualquer usuário; • Nas reformas adaptativas buscar soluções que permitam, dentro do possível, a acessibilidade universal; • Estabelecimento de Rotas Acessíveis; • Reservar vagas específicas aos Pessoa com Deficiência (PCD); • Melhoria da pavimentação das vias de circulação, eliminando barreiras; • Transportes Internos: modais acessíveis que permitam o deslocamento interno dos portadores de necessidades especiais; • Fazer da acessibilidade universal um meio de inclusão;
Fontes Limpas e Renováveis de Energia	<ul style="list-style-type: none"> • Aquecimento de Água via coletores solares; • Geração elétrica por placas fotovoltaicas, principalmente em áreas remotas.
Uso Racional da Energia	<ul style="list-style-type: none"> • Ventilação e Iluminação Natural; • Iluminação artificial de baixo consumo e com desligamento automatizado; • Ambientes em cores claras; • Atitudes Projetuais (Arquitetura) com adaptabilidade às características locais de clima e relevo; • Dimensionamento Eficiente da Rede;
Uso Racional Água	<ul style="list-style-type: none"> • Reuso de Águas Pluviais e das Águas Cinzas (pós-tratamento químico ou biológico, se possível) para irrigação, limpeza gerais, vasos sanitários; • Mecanismos de Regulação/ Economia de Uso de Água; • Utilização de bacias com caixa acoplada; • Arejadores de vazão para torneiras; • Mictórios automáticos com válvula de baixa vazão;
Equipamentos	<ul style="list-style-type: none"> • Utilização de Equipamento com Certificação de Eficiência Energéticas
Fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> • Preferência por fornecedores com certificado ambiental; • Preferência por fornecedores locais

Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos	<ul style="list-style-type: none"> • Separar na origem (reciclável e não reciclável) e dar destinação final • Compostagem local de compostos orgânicos e posterior utilização do composto para fertilização de jardins;
Esgotamento Sanitário	<p>Deve-se dar especial atenção ao projeto de tratamento de efluentes, não contemplado de maneira satisfatória no Anteprojeto. Ressalta-se a necessidade de se adotar padrões de pureza compatíveis com a legislação pertinente, além de ser recomendável a adoção de sistemas demonstrativos de vanguarda, mesmo que parciais. Não serão admitidos descartes de efluentes nos cursos d'água (CONAMA nº 430/2011), devendo ser priorizados sistemas de reuso e/ou evapotranspiração e/ou valas de infiltração.</p> <p>Utilização, nas áreas urbanizadas, de Reatores anaeróbicos em PRFV (Plástico Reforçado com Fibras de Vidro), Filtros anaeróbicos em PRFV, Biodigestores, Estanques pré-fabricados e sumidouros de infiltração ou valas de infiltração, em função do N.A. do solo. Se a ETE local estiver apresentando vazamentos, os equipamentos em concreto armado deverão ser substituídos por peças em PRFV.</p> <p>Seguir as orientações fornecidas pela DAF-Infra.</p>
Supressão Vegetal	<ul style="list-style-type: none"> • As áreas para implantação de novas estruturas, edificadas ou áreas urbanizadas, deverão abarcar zonas já antropizadas ou descampadas, visando a minimização dos impactos relativos à supressão vegetal nativa ou em recuperação.

Todas as obras e intervenções indicadas neste caderno deverão orientar-se por materiais com alto padrão de eficiência e sustentabilidade, assim como obras rápidas, limpas e organizadas, promovendo o mínimo impacto quando de sua inserção.

Além da escolha por intervenções e materiais sustentáveis, a infraestrutura proposta para a UC abará, conforme indicado, os princípios claros da acessibilidade universal, o acondicionamento e destinação correta dos resíduos sólidos (lixo e resíduos de obras), além de um sistema ecologicamente eficiente, e tecnicamente viável, de acordo com as características locais, para condução, tratamento e destinação do esgotamento sanitário.

Assim, apresentamos a seguir os requisitos mínimos para as intervenções propostas:

Tabela 02. Diretrizes para as Edificações

Iluminação	200 lux geral 500 lux áreas de trabalho
Desníveis	NBR 9050/ 2020
Portas Acessíveis	NBR 9050/ 2020
Portas Comuns	80 cm
Ventilação e Iluminação	Área mínima de 0,60 m ² ou 10% da área do cômodo*
Forros	Material não-combustível e entreferro de 15 cm
Pisos Molhados	Porcelanato ou Cimentício, PEI 5, absorção de água ≤20%, claro

Paredes Molhadas	Porcelanato ou Cimentício, PEI 3, absorção de água $\leq 20\%$, claro
Pisos Externos	Cimentícios, permeáveis e antiderrapante
Paredes	Rebocadas e Pintadas com tinta acrílica ou revestimento pré-fabricado
Coberturas	Eficiência Termo-Acústica;
Instalações Gerais	<ul style="list-style-type: none"> • Dimensionamento e Instalação de Redes Elétricas, Hidrossanitários e de Drenagem Eficientes; • Instalações e Equipamentos de Prevenção e Combate ao Incêndio, com aprovação do Corpo de Bombeiros (AVCB); • Dimensionamento e Instalação de Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA); • Dimensionamento e Instalação de Rede de Lógica Integrada; • Dimensionamento e Instalação de Rede de Comunicação; • Dimensionamento e Instalação de Rede de Segurança e CFTV
Iluminação	<ul style="list-style-type: none"> • O projeto de iluminação artificial deve ter como diretriz a necessidade de se evitar qualquer emissão de luz desnecessária para dentro da área de uso mais controlada da UC, dada a priorização da conservação da biodiversidade (exemplos e alternativas: iluminação direcionada para fora da UC, iluminação com foco, redução da altura dos postes etc) e deve incluir a iluminação dos pórticos e fachadas das edificações, se for o caso.
Recomendação Geral	<ul style="list-style-type: none"> • As construções deverão ser adaptadas as mudanças climáticas (regime pluviométrico severo, captação, armazenamento e reuso de água pluviais, resistência à vendavais, etc)

A especificação de materiais para as obras de intervenção deverá prezar pela sustentabilidade, que minimize o impacto ambiental no interior da UC, e na sua cadeia de produção, sendo indicado a busca dos materiais certificados. Para além, as especificações deverão obedecer a critérios técnicos e as normas vigentes. A especificação e utilização/ contato com materiais perigosos deverá ser eliminado ou severamente mitigado.

Recomenda-se também que a escolha dos materiais e paleta de cores para a intervenção, tenha integração estética com a ambiência edificada já existente na UC, buscando-se harmonia e integração entre as edificações.

Faz parte do escopo também, a revisão/ elaboração de Planilha Orçamentária (incluindo curva ABC) contemplando todos os serviços e adequações necessários para execução da obra das novas edificações acompanhada das Memórias de Cálculo e Levantamento dos Quantitativos de todas as disciplinas, por prancha, e Mapas de Cotação, conforme modelo a ser disponibilizado.

A documentação gráfica da planilha orçamentária deverá ser apresentada em formato XLSX, conforme o modelo que compõe os documentos padrão anexo ao Edital, tendo como referência de preços a Tabela de Referência disponibilizada pelo órgão estadual e/ou Tabela do SINAPI. Para os itens que não constantes nas tabelas acima, deverá ser criada composição de custo unitário, com no mínimo 3 (três) cotações específicas, bem como apresentar mapa de coleta de preço, contendo a descrição completa da especificação técnica, definição da unidade e quantitativo levantado, acompanhado dos três orçamentos, em papel timbrado do fornecedor, devidamente assinado. Junto à Planilha Orçamentária deverá ser apresentada também, a CURVA ABC.

Todos os Projetos e Serviços listados acima, incluindo a fiscalização da execução da obra, deverão ser acompanhados do respectivo Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) junto ao CAU BR ou da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA do estado, pelos do Responsáveis Técnicos.

6. RESULTADOS, PRODUTOS ESPERADOS E CRONOGRAMA

A empresa deverá cumprir as atividades listadas acima, apresentando como resultado os produtos especificados no item 5.1, conforme cronograma abaixo:

Tabela 03: Cronograma Físico/ Financeiro

Nº Produto	Descrição	Prazo de Entrega (dias corridos a partir da assinatura do contrato)	Prazo de avaliação do Produto pelo fiscal/ corpo técnico definido pela Gestão da UC (dias corrido)	Prazo de atendimento das revisões apontadas pelo fiscal/ corpo técnico definido pela Gestão da UC e entrega final do Produto (dias corrido)	% valor contrato a ser medido
---	Plano de Trabalho	10	07	07	---
Produto 01	Serviços Preliminares	10	07	07	5%
Produto 02	Anteprojeto	40	07	07	10%
Produto 03 ^a	Projetos Legais	70	07	07	15%
Produto 03B	Projetos Executivos	105	07	07	20%
Produto 04	Relatório do acompanhamento do processo de seleção	170	05	05	5%
Produto 05 ^a	Relatório da 1ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	230	07	07	2,5%

Especificação nº 2024.1128.00095-2

Produto 05B	Relatório da 2ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	245	07	07	2,5%
Produto 05C	Relatório da 3ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	260	07	07	2,5%
Produto 05D	Relatório da 4ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	275	07	07	2,5%
Produto 05E	Relatório da 5ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	290	07	07	2,5%
Produto 05F	Relatório da 6ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	305	07	07	2,5%
Produto 05G	Relatório da 7ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	320	07	07	2,5%
Produto 05H	Relatório da 8ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	335	07	07	2,5%
Produto 05I	Relatório da 9ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	350	07	07	2,5%
Produto 05J	Relatório da 10ª visita de fiscalização,	365	07	07	2,5%

	acompanhado da planilha de medição				
Produto 05K	Relatório da 11ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	380	07	07	2,5%
Produto 05L	Relatório da 12ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	395	07	07	2,5%
Produto 05M	Relatório da 13ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	410	07	07	2,5%
Produto 05N	Relatório da 14ª visita de fiscalização, acompanhado da planilha de medição	425	07	07	2,5%
Produto 05º	Relatório final de fiscalização, acompanhado do Termo Definitivo de Recebimento da Obra	450	07	07	10%

O prazo total para execução do Plano de Trabalho e Produtos 01 a 05O será de 450 dias, a partir da assinatura do contrato.

O contrato deverá ter vigência de 660 dias.

7. EQUIPE TÉCNICA E CAPACITAÇÃO TÉCNICA

7.1. Equipe Técnica

A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe técnica adequada para execução dos serviços para a execução dos serviços e compatível com o objeto desta especificação, que deverá conter pelo menos:

- 01 (um) Arquiteto Coordenador-Geral de Projetos com experiência em coordenação e/ou supervisão e/ou gerenciamento de projetos em **Unidades de Conservação e/ou com porte semelhante ao objeto da especificação;**
- 01 (um) Arquiteto com experiência comprovada em Projetos de edificações/acessibilidade **com porte semelhante ao objeto da especificação;**

- 01 (um) Arquiteto ou Engenheiro, com experiência em Projetos Hidrossanitários, impermeabilização e Drenagem pluvial **com porte semelhante ao objeto da especificação;**
- 01 (um) Engenheiro Eletricista, com experiência comprovada em Projetos Elétricos, Cabeamento, SPDA **com porte semelhante ao objeto da especificação;**
- 01 (um) Arquiteto ou Engenheiro, com experiência em Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico **com porte semelhante ao objeto da especificação;**
- 01 (um) Arquiteto ou Engenheiro, com experiência em elaboração de planilha orçamentária **com porte semelhante ao objeto da especificação.**

A CONTRATADA deverá apresentar, no ato da concorrência, Relação da Equipe Técnica acima, acompanhada de declaração da concorrente no sentido de que, sagrando-se vencedora do certame, irá compor a equipe técnica obedecendo às exigências aqui estabelecidas.

O Coordenador-Geral de Projetos poderá acumular outras funções, além de ser o Responsável Técnico pela pessoa jurídica a ser CONTRATADA.

O(A) profissional da fiscalização a ser contratado(a) para acompanhamento e análise de documentos do processo seletivo da empresa que construirá a obra e fiscalização da execução da obra, de acordo com os projetos, deverá ser engenheiro civil.

Os demais membros da Equipe Técnica poderão acumular habilidades nas várias disciplinas exigidas acima, desde que tais habilidades sejam comprovadas por meio da Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pela entidade competente, conforme especificações abaixo.

Os membros da Equipe Técnica relacionados deverão demonstrar vínculo com a pessoa jurídica a ser CONTRATADA, sendo o vínculo demonstrado através de:

- Na situação de sócio, a comprovação será realizada mediante cópia do contrato social. Na situação de empregado, a comprovação de seu vínculo será feita através de ficha ou de livro de registro de empregado ou de contrato de trabalho.
- Nos demais casos será suficiente à prova da existência de contrato de prestação de serviço regido pela legislação cível comum.

7.2. Capacitação Técnica

Para fins de comprovação da qualificação técnica e experiência dos membros da equipe técnica, a empresa concorrente deverá apresentar, no ato da concorrência, a Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente certificada pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), para cada um dos membros da equipe, com especificação técnica compatível com o objeto da concorrência (característica da edificação e área construída).

A pessoa jurídica, e os membros equipe técnica, deverão apresentar Registro e Certidão de regularidade junto ao CAU e/ou CREA.

A pessoa jurídica, e os membros equipe técnica, deverão apresentar currículo de no máximo 3 páginas. A FISCALIZAÇÃO, a qualquer tempo, poderá requerer, por meio de correspondência

fundamentada, a substituição de membros da equipe que, a seu juízo, não estejam correspondendo aos princípios de eficiência e de qualidade exigidos para a execução dos serviços.

8. PLANEJAMENTO GERENCIAL DAS ATIVIDADES

As atividades serão balizadas por meio de reuniões integradas entre a gestão da UC beneficiária e a CONTRATADA.

As reuniões serão realizadas periodicamente em data pré-fixada, e sempre que a FISCALIZAÇÃO do contrato julgar necessário, devendo ser registradas em atas, que deverão ser enviadas às partes interessadas.

No ato da assinatura do contrato será agendada a primeira reunião de coordenação, com a gestão da UC beneficiária e a Equipe Técnica da CONTRATADA, juntamente, com o fiscal de contrato designado para tal. A reunião terá o intuito de esclarecer possíveis dúvidas referentes à execução dos serviços contratados, e terá como objetivos:

- Apresentação do gestor da UC Beneficiária e da Equipe Técnica responsável pelo desenvolvimento dos serviços contratados.
- Nivelamento das informações entre toda a equipe técnica envolvida.
- Transmissão, pela equipe da UC beneficiária, dos procedimentos de gestão do Contrato, das instruções iniciais e das diretrizes para a elaboração dos projetos e planilha orçamentária.
- Esclarecimentos Gerais.

9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS

Todos os documentos deverão ser produzidos com o uso de Programas de Informática e gravados em Meio Magnético e disponibilizados através da internet, de modo tal que seja possível sua leitura e modificação através dos Programas de Informática da UC beneficiária:

- Para a edição de textos o Programa Padrão é o “Word” (para ambiente “Windows”, da Microsoft). Deverão ser fornecidos os arquivos eletrônicos nas extensões “doc ou docx”, além dos arquivos com a extensão em “pdf”;
- Para a edição de planilhas o Programa Padrão é o “Excel”, da Microsoft (para ambiente “Windows”, da Microsoft). Deverão ser fornecidos os arquivos eletrônicos nas extensões “xls ouxlsx”, além dos arquivos com a extensão em “pdf”;
- Para apresentações multimídias os programas padrões são: o “Power Point”, da Microsoft. Deverão ser fornecidos os arquivos eletrônicos nas extensões “ppt ou pptx”, além dos arquivos com a extensão em “pdf”;
- Para a produção de desenhos (CAD) o Programa Padrão é “AutoCAD”, versão 2012 ou inferior. Independentemente do Sistema utilizado para execução dos desenhos, deverão ser fornecidos, em todas as etapas, os Arquivos Eletrônicos nas versões “dwg” e “dxf”, além dos arquivos em “pdf”. Deverão ser indicadas, em cada desenho, as configurações adotadas (penas, textos, etc.);
- Preferencialmente, os Projetos Executivos deverão ser entregues em formato A1 ou A1+.

- Para a produção de Planilha de Orçamentos de Obras e Serviços de Engenharia, poderá ser usado qualquer programa de orçamentação de obras e serviços de engenharia que atenda a especificação, contudo deverão ser fornecidos os arquivos eletrônicos em planilha eletrônica padrão “Excel”, além dos arquivos em “pdf”;
- Para o Planejamento de Atividades, o Programa Padrão é o “MS-Project”, da Microsoft (para ambiente “Windows”, da Microsoft).
- Para a Comunicação Visual, os produtos devem ser entregues também em arquivos editáveis compatíveis com o programa Corel Draw 12.
- Para as Perspectivas Humanizadas, deverão ser utilizados programas de renderização de projetos (ArchiCad, SketchUp etc), e fornecidas imagens no formato “jpg” em alta resolução (300 dpi), com tamanho de referência de 3 metros x 2 metros e no padrão de cores CMYK. Os vídeos de ilustração das fases de Estudo Preliminar e Anteprojeto devem ter formato mp4 e resolução mínima Full HD (1920 pixels por 1080 pixels);
- Cada Produto deverá ser apresentado em cadernos individuais, organizados com índices, conforme modelo organizacionais a serem fornecidos pela CONTRATANTE.

Todos os produtos finais deverão ser entregues à gestão da UC beneficiária, por e-mail ou arquivo em nuvem, a ser especificado pela CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá emitir e entregar o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT – CAU) e/ou a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART – CREA) junto ao conselho responsável de todos os produtos contratados.

O projeto e seus produtos relacionados devem ser fornecidos em escalas, padrões e legendas compatíveis com as Normas Técnicas (ABNT) e as legislações federal, estadual e municipal e de acordo com as exigências dos órgãos licenciadores.

10. DO ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS

A fiscalização do Contrato é competência e responsabilidade da CONTRATANTE, e consiste em supervisionar, acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, exigindo da CONTRATADA o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, segundo procedimentos definidos nesta especificação e no Contrato, e em conformidade com as especificações, normas técnicas e legislação pertinente.

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por Servidor(es) alocados na UC beneficiária, formalmente designado(s) para tal, permitida a contratação de terceiros, empresa de Consultoria, para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição caso os mesmos não sejam habilitados para tal atividade.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GESTOR DA UC

Compete ao órgão gestor da UC:

- Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar o seu trabalho de acordo com as normas pactuadas;
- Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços através de servidores especialmente designados e habilitados para tal;
- Acompanhar o cronograma físico-financeiro e informar à CONTRATADA as divergências observadas em relação à execução dos Serviços;

- Aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, verificar e atestar as respectivas medições;
- Paralisar e/ou solicitar que seja refeito qualquer serviço que não seja executado em conformidade com norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do Contrato;
- Exigir da CONTRATADA a substituição dos profissionais, caso seja constatada a sua inadequação para conduzir os serviços conforme especificado, ou exigir maior número de profissionais para recuperar atrasos de cronograma;
- Verificar e aprovar os Projetos e relatórios;
- Reportar a CONTRATANTE toda e qualquer anormalidade durante a execução dos serviços pela CONTRATADA;
- Emitir o Termo de Recebimento Definitivo (TRD) dos serviços, nas datas previstas.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Compete à CONTRATADA adotar as providências a seguir relacionadas, para a adequada execução dos Serviços:

- Emitir, num prazo de até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, as ARTs e RRTs relativas aos serviços contratos. As taxas e emolumentos relativos à emissão das ARTs e RRTs deverão ser pagas pela contratada, sem ônus à contratante. Num prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato as ARTs e RRTs deverão ser apresentadas e entregues à FISCALIZAÇÃO.
- Iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado a partir da data estabelecida de assinatura do contrato dos serviços;
- Permitir e facilitar o pleno exercício das funções da FISCALIZAÇÃO estabelecida;
- Acatar toda orientação técnica advinda da FISCALIZAÇÃO com relação aos serviços, desde que estas não impactem em mudança significativas no contrato ou projeto;
- Executar, dentro da melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às disposições da especificação e do Contrato, às Normas Técnicas aplicáveis, às Especificações Técnicas, às Planilhas de Quantitativos e Preços, além das instruções oriundas da FISCALIZAÇÃO;
- Manter, durante a vigência do Contrato, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação e classificação no processo de seleção, em especial a equipe de técnicos, indicada para fins de capacitação técnica profissional, admitindo-se, excepcionalmente, a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pelo CONTRATANTE
- Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos fiscais, tributários, civis, previdenciários e trabalhistas, decorrentes da execução do Contrato.
- Responsabilizar-se pelo pagamento dos custos referentes à logística (deslocamento, hospedagem, alimentação, equipamentos, etc) decorrentes da execução do Contrato.
- Ser responsável civil pelos serviços e manter a frente dos trabalhos o(s) Responsável(is) Técnico(s) indicado(s) na seleção, que deverá ter todo poder para representá-la junto ao CONTRATANTE.
- Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pela qualidade dos serviços que executar, respondendo pela exatidão dos estudos, cálculos e dos projetos.

- Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para retirar ou substituir qualquer funcionário, cujo trabalho não estejam atendendo a contento e tecnicamente às suas solicitações.
- Providenciar as aprovações e registros específicos junto aos órgãos competentes, municipais, estaduais e/ou federais, tais como, Prefeitura Municipal, Corpo de Bombeiros, Concessionárias de Serviços Públicos, Patrimônio Histórico, conforme o caso. As Taxas e Emolumentos necessários para a aprovação serão por conta da CONTRATADANTE;
- Comunicar à FISCALIZAÇÃO e ao CONTRATANTE a ocorrência de quaisquer atos, circunstâncias ou anormalidades, que ponham em risco o êxito e o cumprimento dos prazos de execução dos serviços, propondo as ações corretivas necessárias.
- Encaminhar ao gestor da UC beneficiária e ao CONTRATANTE, quando identificada a necessidade da prorrogação do prazo de execução dos serviços, solicitação de aditivo ao Contrato, até 45 (quarenta e cinco) dias corridos antes do seu vencimento, mediante apresentação formal de motivos estritamente técnicos ou supervenientes que a justifiquem, acompanhado do Cronograma Físico-Financeiro adequado ao novo prazo proposto, para análise e aprovação.
- Encaminhar ao gestor da UC beneficiária e ao CONTRATANTE, no caso da verificação no decorrer dos serviços da necessidade de acréscimo de serviços ou serviços não previstos no Contrato, solicitação de aditivo de valor ao Contrato, até 10 (dez) dias corridos após a sua constatação, mediante apresentação formal de motivos estritamente técnicos ou supervenientes, para análise e aprovação.
- Após o exame e aprovação das justificativas apresentadas e acerto da planilha, a CONTRATADA deverá entregar ao gestor da UC beneficiária e à FISCALIZAÇÃO o novo Cronograma Físico-financeiro adequado às alterações propostas, visando à formalização do aditivo.
- Manter seus empregados, quando nas dependências da UC beneficiária, devidamente identificados com crachá subscrito pela CONTRATADA, no qual deverá constar, no mínimo, sua razão social, nome completo do empregado e sua fotografia.
- Informar formalmente aos seus empregados as premissas de trabalhos dentro de Unidade de Conservação como proibição de pesca, caça de animais, limpeza, princípios éticos ambientais, etc...
- Os atrasos no cumprimento do cronograma de elaboração dos serviços não justificados ou com justificativas não aceitas pela gestão da UC e reportados ao CONTRATANTE serão punidos com a aplicação de multas e/ou outras penalidades previstas no contrato.
- Caso seja necessário, quando da conclusão dos Projetos, deverá ser emitida nova Anotação da Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) junto ao CAU, referenciando os dados definitivos dos projetos.
- Adotar protocolos de segurança sanitária, sobretudo quanto à disseminação do COVID e quanto aos grupos de risco, como as gestantes;

Para além das obrigações cima, a CONTRATANTE exigirá que a CONTRATADA cumpra ainda as solicitações abaixo:

- Em caso de serviços com furação de solo/ movimentação de terra (exemplo: sondagem), prever protocolo para ACHADOS FORTUITOS;

- Promover Ambiente de trabalho deve ser livre de assédio moral e sexual;
- Promover Ambiente de trabalho deve ser livre de preconceito contra minorias;
- Fiscalizar que a Carga horária legalmente estabelecida deve ser respeitada;
- Promover Pagamento equivalente para homens e mulheres;
- Desenvolver treinamento para que a equipe de campo seja capacitada sobre assédio e gênero;
- Proibir Trabalho Infantil;
- Promover canais de denúncias (Grievance) relativas à assédios sexuais, morais e discriminação contra minorias no ambiente de trabalho (ex.: livro de reclamações, ouvidoria, etc);
- Apoiar e divulgar os canais de denúncias (Grievance).

13. DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS

Todos os produtos/ serviços deverão ser entregues, constando a quantidade e formato da prancha e/ou cadernos, com o nome do arquivo, a especificação do projeto/documento e sua descrição.

Os pagamentos, conforme especificado no item 6, serão de acordo com a conclusão/ aprovação de cada um dos produtos que fazem parte desta especificação, que deverão estar devidamente aprovados pelo fiscal/ corpo técnico definido pelo órgão gestor da UC. Após recebimento e aprovação dos produtos o órgão gestor da UC deverá emitir Termo de Recebimento e Aceite no sistema Cérebro e encaminhar os produtos aprovados para a CONTRATANTE.

Após tramites acima, será autorizado a emissão da Nota Fiscal pela CONTRATADA. Após recebimento da Nota Fiscal, a CONTRATANTE efetuará o pagamento em até 10 (dez) dias úteis.

14. DIREITOS AUTORAIS

Os direitos autorais das soluções apresentadas nos projetos elaborados, suas especificações técnicas, toda documentação produzida e congêneres e todos os demais produtos gerados na execução do contrato, são de propriedade da CONTRATANTE. Fica proibida a sua utilização pela CONTRATADA, sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

Da confidencialidade e propriedade intelectual:

A CONTRATADA não poderá revelar a qualquer pessoa, governo e/ou a outra entidade externa à CONTRATANTE quaisquer informações gerais e/ou particulares reservadas à CONTRATANTE, relativo aos serviços objetos do contrato;

Esta obrigação de confidencialidade permanece vigente mesmo após o término do Contrato firmado.

15. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A responsabilidade técnica de todos os produtos entregues é da CONTRATADA, mesmo após o término do contrato. Cabendo à mesma esclarecer e ajustar o projeto no caso de haver esta obrigatoriedade por parte dos órgãos licenciadores da CONTRATANTE ou quaisquer outras obrigatoriedades que recaia sobre o projeto, a qualquer tempo.

A análise e aprovação dos produtos entregues pela CONTRATADA para execução do serviço a que se refere esta especificação são de responsabilidade da gestão da UC beneficiária, que terão pleno acesso a todas as informações e atividades realizadas para a execução dos serviços desta especificação.